



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

- Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica -
2025/2026 – 2.º Semestre

Unidade curricular

Direito do Procedimento Administrativo

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Sandra Lopes Luís

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A unidade curricular de Direito do Procedimento Administrativo pretende conceder aos alunos de mestrado as competências necessárias para que, numa perspetiva holística e com base num espírito crítico, consigam compreender a atividade da Administração Pública tendo em conta a evolução do direito administrativo moderno e as influências do direito europeu.

Mais concretamente, a presente unidade curricular tem em vista os seguintes objetivos de aprendizagem:

- a) Análise dos sujeitos do procedimento administrativo de acordo com a reconfiguração da noção de relação jurídico-administrativa e a sua importância neste âmbito;
- b) Estudo dos mecanismos de simplificação administrativa e a sua importância para a salvaguarda do interesse público e das garantias dos particulares;
- c) Enquadramento da atividade da Administração Pública diante da evolução tecnológica: reconfiguração das formas da atuação da Administração; vantagens e perigos da inteligência artificial; transparência e proteção de dados pessoais.

Conteúdos programáticos

Tema: Direito do Procedimento Administrativo

1. Enquadramento geral do procedimento administrativo em Portugal: evolução histórica e novos paradigmas.
2. Âmbito de aplicação do CPA: Administração Pública e a “fuga” para o direito privado.
3. Relação jurídica administrativa e procedimento administrativo.
4. Legalidade, discricionariedade e boa administração.
5. Os mecanismos de simplificação procedimental.
6. Administração eletrónica, procedimento administrativo e inteligência artificial.
7. A reconfiguração das formas de atuação da Administração na era da inteligência artificial.
8. Procedimento administrativo na sociedade de informação: transparência, acesso à informação administrativa e o direito à proteção de dados pessoais.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Os conteúdos programáticos visam conferir os instrumentos teóricos necessários para o conhecimento e reflexão acerca dos principais problemas e desafios da atividade administrativa portuguesa tendo em conta as influências do direito europeu e do direito comparado.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teórico-práticas ministradas pelo docente, promovendo a interação e o debate com os alunos sobre os temas da disciplina. Análise crítica da jurisprudência administrativa e constitucional. Acompanhamento da elaboração de trabalhos escritos.

A avaliação divide-se em dois segmentos: 50% da nota atende à participação oral e à apresentação na aula, com posterior entrega, de um trabalho escrito sobre um dos temas da disciplina; os outros 50% atendem à realização de uma prova escrita final.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Com o recurso ao método teórico-prático pretende-se a transmissão de conhecimentos e o incitamento ao debate e reflexão acerca dos problemas e desafios atuais da atividade da Administração Pública em Portugal.

Bibliografia principal

AA. VV. (F. DE QUADROS, M.ª GLÓRIA GARCIA, R. MACHETE, J.C. VIEIRA DE ANDRADE, M. AROSO DE ALMEIDA, SÉRVULO CORREIA, J. M. SARDINHA, A. POLÍBIO HENRIQUES), *Comentários à Revisão do Código do Procedimento Administrativo*, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2022.

AA. VV. (Coord. C. AMADO GOMES / A. NEVES / T. SERRÃO), *Comentários ao Código do Procedimento Administrativo*, vol. I e II, 6ª ed., AAFDL-Editora, Lisboa, 2023.

AMARAL, DIOGO FREITAS DO, *Curso de Direito Administrativo*, II, 4ª ed. (reimp), Almedina, Coimbra, 2024.

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 11.ª ed., Almedina, Coimbra, 2024.

BALAGUER CALLEJÓN, FRANCISCO – *La constitucion del algoritmo*, 2ª ed., Fundación Manuel Giménez Abad, Madrid, 2023.

BARRIO ANDRÉS, MOISÉS, *Manual de Derecho digital*, 4.ª ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2025.

CAMÕES, DIANA, *The Challenges of the GDPR in the Era of Artificial Intelligence: What Can We Expect from the Future?*, 11 E-PUBLICA (2024).

CASTRO, CATARINA SARMENTO E, *Administração Pública e novas tecnologias: implicações no procedimento e no ato administrativo*, Tese de Doutoramento, inédita, Coimbra, 2019.

DJEFFAL, CHRISTIAN, *Künstliche Intelligenz in der öffentlichen Verwaltung*. NEGZ-Kurzstudie 3, NEGZ - Kompetenznetzwerk Digitale Verwaltung, 2018.

FREITAS, LOURENÇO, *Direito do Procedimento Administrativo e Formas de Actuação da Administração – Parte Geral*, AAFDL-Editora, Lisboa, 2016.

GONÇALVES, PEDRO, *O ato administrativo informático (o Direito administrativo português face à aplicação da informática na decisão administrativa)*, in *Scientia Iuridica*, vol. 46, n.º 265/267, Braga, 1997, pp. 47 e segs.

HEINE, MOREEN, ANNA-KATHARINA DHUNGEL, TIM SCHRILLS, DANIEL WESSEL. *Künstliche Intelligenz in öffentlichen Verwaltungen: Grundlagen, Chancen, Herausforderungen und Einsatzszenarien*. Wiesbaden: Springer Gabler, 2023.

LEITÃO, ALEXANDRA, *A Administração Pública eletrónica: oportunidades e desafios*, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 152, out/dez, p. 24 e segs, 2022.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- MARQUES, FRANCISCO PAES, *As Relações Jurídicas Administrativas Multipolares*, Almedina, Coimbra, 2011.
- NEVES, ANA, *A simplificação administrativa na era digital*, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 152, out/dez, p. 34 e segs, 2022.
- OLIVEIRA, M. ESTEVES DE, J. PACHECO AMORIM, P. COSTA GONÇALVES, *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, 2.ª ed., 8.ª reimp., Almedina, Coimbra, 2010.
- OTERO, PAULO, *Direito do Procedimento Administrativo*, vol. I (reimp), Almedina, Coimbra, 2024.
- PINHEIRO, ALEXANDRE SOUSA /TIAGO SERRÃO/MARCO CALDEIRA/ JOSÉ DUARTE COIMBRA, *Questões fundamentais para a aplicação do CPA*, reimp, Almedina, Coimbra, 2024
- PONCE SOLÉ, JULI, *Inteligencia artificial, Derecho administrativo y reserva de humanidad: algoritmos y procedimiento administrativo debido tecnológico*, in La Administracion al Día, 2019.
- PONCE SOLÉ, JULI, *Razões legais para limitar a automação total dos poderes administrativos discricionários: possibilidades legais e limites da inteligência artificial*, in Revista de Direito Administrativo, n.º 19, AAFDL-Editora, Lisboa, 2024.
- ROQUE, MIGUEL PRATA, *Administração eletrónica e automatização: contributos para uma reformulação da teoria geral das atuações administrativas*, Estudos em Homenagem a Rui Machete, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 763 e segs.
- SÁNCHEZ FRÍAS, IRENE, VILLEGAS ALMAGRO, YERAY (coord.), *Derecho y entornos digitales*, 1ª ed., Editorial: Atelier, 2025.
- SILVA, ARTUR FLAMÍNIO DA, *Direito Administrativo e Tecnologia*, 4ª ed, Almedina, Coimbra, 2026.
- SILVA, VASCO PEREIRA DA, *AI Constitutional and Administrative Law – How to Prevent “Submersion”?*, Luca Mezzetti, Seminario Giuridico della Università di Bologna CCCXL, Bologna University Press, 2024, pp. 265 e segs.
- VALERO TORRIJOS, JULIÁN, *Las garantías jurídicas de la inteligencia artificial en la actividade administrativa desde la perspectiva de la buena administración*, Revista Catalana de Dret Públic, n.º 58, 2019, pp. 82 e segs.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.